

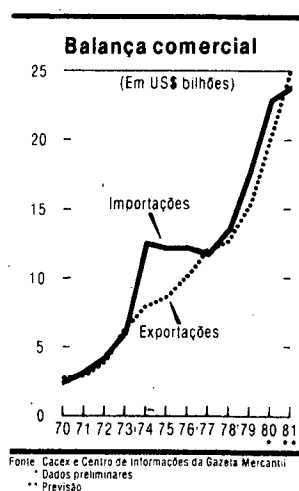
Balança comercial, em busca do equilíbrio

por Pedro Cafardo

Como nunca, provavelmente, as autoridades brasileiras da área econômica iniciaram 1981 com a determinação de equilibrar, a qualquer custo, a balança de transações comerciais com o exterior. Não há outro caminho, pelo raciocínio dessas autoridades, para restabelecer a credibilidade externa do País, de modo a permitir que o ingresso de recursos continue normal e as reservas monetárias se recomponham para amparar o processo de crescimento da economia, ainda que se pretenda, ao mesmo tempo, estimular a formação de poupanças internas para financiar investimentos.

Traçado esse perfil, desencadearam-se nos últimos dias de 1980 e nas primeiras semanas de 1981 medidas restritivas às importações do setor privado, enquanto o próprio governo definiu procedimentos para conter em limite suportável as compras do setor público, principalmente de petróleo. De outra parte, os responsáveis pela política cambial deixaram claro que as desvalorizações do cruzeiro em relação ao dólar, que no ano passado se revelaram insuficientes para a melhor rentabilidade das exportações de produtos manufaturados, acompanharão de perto a inflação interna, medida pelo novo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), descontada a inflação externa.

A discussão maior, de certo, refere-se não à possibilidade prática de conter as importações, mas às prováveis consequências recessivas que a medida poderia acarretar. O ministro da Fazenda, Ernane Galvão, indicou, por exemplo, que o governo tentará manter as importações num montante global de US\$ 24 bilhões, apenas US\$ 1 bilhão acima do valor efetivo de 1980. Para os críticos, conseguir es-



se intento significaria fatalmente encaminhar a economia para a recessão. Só para importar o mesmo volume do ano passado, segundo essas críticas, seria necessário gastar US\$ 25,8 bilhões, levando-se em conta uma inflação internacional da ordem de 12%. Estudos feitos na Fundação Getúlio Vargas (FGV), entretanto, contestam essas afirmações e sustentam que a taxa de crescimento poderá ser reduzida para 4,5% em 1981, sem recessão. Pelos estudos, para cada ponto percentual a menos na taxa de crescimento seria possível cortar entre US\$ 200 milhões e US\$ 400 milhões nas importações, o que viabilizaria as projeções oficiais. Ou seja, baixando-se a taxa de crescimento dos 8,5%, de 1980, para 4,5%, seria factível um corte global de US\$ 800 milhões a US\$ 1,6 bilhão.

O próprio estudo da FGV, de qualquer forma, alerta para o perigo de uma redução drástica nas importações de petróleo, que poderia ter perigosas repercussões em outros setores. Plano do ministro das Minas e Energia, César Cals, propunha a fixação de um teto de US\$ 9 bilhões para os gastos com petróleo, o que implicaria a importação, em média, de 750 mil barris diários, complementados com

a produção interna, que aumentaria de 230 mil barris em janeiro para 280 mil em dezembro. Além disso, o ministro previa a produção de 80 mil barris equivalentes de álcool e 30 mil de carvão, metas muito difíceis, segundo os próprios técnicos do Ministério da Indústria e do Comércio, responsáveis pelos dois programas.

Confirmadas as previsões do ministro Cals, o País estaria, de fato, muito próximo de alcançar o equilíbrio na balança comercial. A confirmação, porém, é duvidosa, porque não se está certo da possibilidade de manter a economia em crescimento com um volume tão baixo de petróleo importado (em 1980 o Brasil importou, em média, 900 mil barris diários) e porque existem variáveis incontroláveis, como os preços da OPEP.

Diante dessas perspectivas, maior abstinência será exigida do setor privado. As regras para essa privação forçada foram definidas logo no início do ano pelo Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), órgão encarregado do controle das importações e ex-

portaram mais de US\$ 100 mil no ano passado serão obrigadas a entregar ao governo programas de comércio exterior, estabelecendo um fluxo de gastos ao longo do ano, ou seja, terão uma meta mensal de 1/12 de suas importações do ano anterior. Tal providência, por si só, representará uma redução do volume a ser importado, já que os preços subiram, em média, cerca de 12% no mercado internacional.

Se a contenção das importações acabar viabilizada, ficando o total em US\$ 24 bilhões, o País não apenas al-

cançará o equilíbrio na balança comercial, mas possivelmente produzirá um pequeno superávit. Essa conclusão decorre das expectativas do setor exportador, onde se considera que a meta oficial de US\$ 25 bilhões poderá ser efetivamente atingida e até superada.

Estima-se que, apesar de possíveis retrações em alguns mercados e de medidas protecionistas em outros, as vendas externas de manufaturados deverão aumentar pelo menos 25%, o que elevaria a receita desses produtos para cerca de US\$ 11 bilhões. Só a indús-

tria automobilística, por exemplo, cujas exportações, por força de acordos assinados no início da década passada, continuam subsidiadas com os créditos-prêmio do IPI e do ICM, deverá exportar mais de US\$ 3,2 bilhões, incluindo autopeças — a Volkswagen espera vender US\$ 800 milhões, 100% a mais do que em 1980. Outro bilhão está praticamente assegurado pelo setor têxtil, ainda que alguns exportadores se mostrem temerosos de que as dificuldades cambiais que prejudicaram esse setor no ano passado venham

a se repetir. As vendas de máquinas responderão por mais US\$ 1 bilhão e as de calçados, por US\$ 500 milhões.

Perspectivas igualmente favoráveis existem na área dos produtos agrícolas primários, mercê de previsões de mercado bastante firme para grãos, algodão e açúcar e cotações estáveis para café e cacau. Essas previsões decorrem da constatação de grandes quebras de safras em países exportadores de "commodities". Segundo estimativa da Comissão de Financiamento da Produção, órgão do Minis-

rio da Agricultura, o complexo soja (grão, farelo e óleo) deverá render US\$ 3,2 bilhões, desbancando, inclusive, o café do primeiro lugar entre os itens de exportação brasileiros.

Tanto na soja quanto no café haverá aumento do volume vendido. No caso do café, a meta é exportar 17 milhões de sacas, volume que garantiria uma receita de, pelo menos, US\$ 2,7 bilhões. Das vendas de cacau resultariam outros US\$ 700 milhões, enquanto a comercialização do açúcar proporcionaria divisas da ordem de US\$ 1,6 bilhão.

*Mas é possível
esperar até
um superávit
de Cr\$ 1 bilhão*

portações brasileiras. Além do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado nas importações de 15% para 25%, determinado pelo Banco Central, que representa na prática a instituição de um câmbio diferenciado para as importações, a Cacex estabeleceu que nenhuma empresa poderá importar, em 1981, valor superior às suas compras externas de 1980. Além disso, todas as que im-